

DA TEORIA A PRÁTICA: A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA POR MEIO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jucilaine Neves Sousa Wivaldo
Jéssika Jonas Clemente Silva
Júlia Moretto Amâncio
Luciana Braga Silveira.

Resumo:

O processo de formação do estudante será determinante na atuação profissional. Para isso, elementos que estimulem a proatividade, a autonomia, a capacidade de falar em público, de pensar diferentes formas de intervenção podem ser construídas por meio de grupos de extensão universitária. Além disso, esse contato possibilita que os estudantes tenham uma visão do mercado de trabalho e o que o mesmo tem exigido, assim seu envolvimento promove o desenvolvimento de competências técnicas, humanísticas e interpessoais, capacidade crítica de análise entre teoria e prática, consequentemente, habilidades específicas para sua atuação profissional. Este estudo objetiva-se a descrever e analisar as atividades desenvolvidas pelo Observatório de Políticas Públicas junto à comunidade e ao poder público local nos anos de 2016 a 2019 e explorar como as práticas interdisciplinares de ensino e extensão desenvolvidas em seu interior têm contribuído com a formação continuada de seus membros. A atuação do núcleo tem possibilitado aproximação dos alunos com as práticas, dilemas, desafios e inovações da gestão pública municipal, com os atores da sociedade civil que realizam o controle social e também com o próprio funcionamento das instituições políticas, consequentemente, contribuem para o desenvolvimento de uma visão crítica por parte destes, além de prover conhecimento empírico e concreto sobre a gestão pública municipal e os impactos desta sobre a qualidade de vida dos cidadãos, sobre o exercício da cidadania e aprimoramento da democracia.

Palavras-chave: Poder público local; Práticas interdisciplinares; Ensino; Administração Pública.

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação do estudante será determinante na atuação profissional. Para isso, elementos que estimulem a proatividade, a autonomia, a capacidade de falar em público, de pensar diferentes formas de intervenção podem ser construídas por meio de grupos de extensão universitária. Além disso, esse contato possibilita que os estudantes tenham uma visão do mercado e o que o mesmo tem exigido, assim seu envolvimento promove o desenvolvimento de competências técnicas, humanísticas e interpessoais, capacidade crítica de análise entre teoria e prática, consequentemente, habilidades específicas para sua atuação profissional.

Diante disso, a Extensão Universitária se estabelece como canal de relacionamento entre a comunidade acadêmica e a sociedade, pela qual contribui com a transformação das partes envolvidas, logo, sua essência está em estabelecer uma relação com a comunidade local. Desse modo, a extensão permite na prática a exposição do aprendizado formal e o estabelecimento de uma relação entre acadêmicos e sociedade. Nessa relação há um compartilhamento de abordagens formais de aprendizado construído no meio acadêmico

através do ensino e da pesquisa, com vista à interação e a transformação da realidade social de uma dada comunidade.

Nesse contexto, frente aos desafios que as políticas públicas estão vivenciando após anos de lutas, conquistas e construções coletivas, a articulação do Campo de Públicas se torna imprescindível para o confronto das desconstruções. Frente ao contexto atual, o Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras (OPP/UFLA) iniciou suas atividades em 2016, no auge da discussão da então, PEC 55, que propunha limitar e tem limitado desde então, os 'gastos' públicos com a implementação de políticas públicas. Desde aquele momento, o núcleo tem atuado com vista a assegurar os direitos conquistados, a solidificar uma democracia justa e igualitária e a profissionalizar a gestão do Estado brasileiro.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo descrever e analisar as atividades desenvolvidas pelo núcleo junto à comunidade e ao poder público local dos anos de 2016 a 2019 e explorar como as práticas interdisciplinares de ensino e extensão desenvolvidas em seu interior têm contribuído com a formação continuada de seus membros. Por meio de suas ações o OPP/UFLA tem buscado articular atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva transdisciplinar e intersetorial no Campo de Públicas, reunindo discentes de graduação, nas modalidades bacharelado e licenciatura, de pós-graduação, docentes da universidade, professores de escolas da rede pública e privada e profissionais que atuam na implementação de políticas públicas, como administradores públicos, advogados, arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, historiadores, pedagogos e sociólogos.

Frente ao exposto, a atuação do OPP/UFLA, ao mesmo tempo em que se caracteriza como um campo de articulação de ensino, de pesquisa e de extensão, apresenta-se também, como um campo de estabelecimento, de enfrentamento e de consolidação 'daquilo' que é público, de direito, que promove justiça e cidadania. Para efetivar e alcançar com êxito seus objetivos enquanto núcleo de extensão, o Observatório tem estabelecido parcerias com o poder público municipal; que perpassam pela promoção de capacitações, mobilizações e diagnósticos nas políticas públicas no âmbito local.

Ademais, o estudo abordará num primeiro momento brevemente a relação do OPP com as Políticas Públicas. Os métodos para realização dessa pesquisa também compõem esse trabalho e posteriormente será abordado sobre a atuação do OPP/UFLA em suas diferentes frentes de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas e o Observatório de Políticas Públicas

Partimos do reconhecimento de que o processo de formulação e implementação de políticas públicas depende cada vez mais da atuação da sociedade civil, e que, portanto, as relações entre público e privado neste âmbito se tornam mais complexas e seus limites difíceis de distinguir. Mas, o que significa produzir políticas públicas neste contexto? Quais são os desafios colocados para o Estado ao implementar e formular essas políticas a partir desse marco? E para a sociedade civil e outros atores sociais envolvidos, quais são os desafios que esta nova realidade coloca? Em que este contexto altera o que concebemos como Estado? Como ele modifica a forma como são definidas as políticas públicas? Quais seriam, nesse contexto, as atribuições da sociedade civil organizada e do Estado para a execução das políticas públicas? Em que estas redefinições modificam a estrutura do

Estado e da sociedade e alteram seus limites e papéis? Quais os significados da produção e implementação de políticas públicas a partir do momento em que essas políticas dependem cada vez mais do estabelecimento de relações entre poder público e sociedade civil para se efetivar?

O trabalho de extensão desenvolvido pelo Observatório está inserido em um contexto político, econômico e social mais amplo. A noção de política pública, cunhada, a partir do período caracterizado pela bibliografia pertinente (ARRETCHE, 2003), como Welfare State, se refere a uma “linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei” (POTYARA PEREIRA, 1996: 130 APUD RAICHELIS, 1998, p. 36). Sendo assim, os direitos que fundamentam uma política pública são coletivos e não individuais. Uma política pública, que parte da noção de direito, tem a função de distribuir bens e serviços demandados pela sociedade. E, para que essas necessidades sejam satisfeitas, exige-se uma positividade institucional (RAICHELIS, 1998), ou seja, é preciso que o Estado aja ativamente sobre essa esfera. Conforme definem Jobert e Muller (1987 APUD ARRETCHE, 2003), o objeto de análise da subdisciplina de políticas públicas é o “Estado em ação” (ARRETCHE, 2003, p. 8).

Faria (2003), ao realizar uma periodização das preocupações do campo de estudos das políticas públicas, distingue três momentos diferentes: num primeiro momento as análises elaboradas tinham como preocupação central a compreensão dos “processos de formação das políticas públicas” (FARIA, 2003, p. 21), tendo como elemento central para a análise a compreensão dos processos decisórios. A partir da década de 1950, a unidade de análise passou a ser a “definição das próprias políticas públicas” (idem). O autor aponta que, nas últimas duas décadas, muitas análises têm se focado na “interação entre os atores estatais e privados no processo de produção das políticas públicas” (idem), e muitas transformações têm sido observadas nesta compreensão. Entretanto, destaca que:

Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual tem demonstrado a incapacidade dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como por exemplo, organizações não-governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas (FARIA, 2003, p. 21).

Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual tem demonstrado a incapacidade dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, corporativismo, o marxismo, em suas várias derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como por exemplo, organizações não-governamentais.

O debate sobre os limites entre Estado e sociedade ainda está em aberto e muito pouco já foi elaborado sobre ele. As teorias destacadas, e muitas outras existentes sobre o Estado se mostram parciais e incapazes de explicar a realidade atual, após tantas transformações no mundo do trabalho, na economia, na organização dos movimentos sociais, da esquerda e na própria visão que temos deste mundo em que vivemos. Nesse sentido, é necessário que se faça um balanço sobre o que foi produzido até aqui sobre este tema, mas com o objetivo de dar um passo adiante, e analisar estes problemas e questões

colocadas pela teoria à luz de nossa realidade. A proposta trazida pelo Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras - OPP/UFLA, visa contribuir neste sentido, com projetos de capacitação para conselhos gestores e instâncias de participação cidadã, de capacitação sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, de capacitação em Políticas Culturais, do Ciclo de Debates de Políticas Públicas e de Educação Política nas Escolas.

Em outra frente de trabalho, ainda correlata com as políticas públicas, consideram-se os projetos de Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais e as assessorias e diagnósticos feitos para apoio da gestão pública municipal, considera-se aqui, os projetos ligados ao Sistema Municipal de Cultura. Neste sentido, em termos teóricos considera-se o monitoramento como o acompanhamento contínuo ou periódico de um programa ou política pública. É realizado por meio da coleta e análise sistemática de dados e informações sobre a execução do programa, com a finalidade de verificar se o desenvolvimento de sua implementação está de acordo com os padrões esperados, ou seja, de acordo com os objetivos e metas inicialmente planejados (VAITSMAN, RODRIGUES e PAES-SOUSA, 2006). Ele tem o objetivo de aprimorar a etapa de implementação das políticas e programas, tendo como finalidade atingir os resultados especificados em seu planejamento (MDS, 2016). Para isso, ele é sustentado a partir da coleta e a análise sistemática de dados e indicadores sobre o desenvolvimento de um programa. É uma ferramenta que usa informações para fazer o acompanhamento dos programas e, ao mesmo tempo, produz informações sobre o funcionamento das atividades (MDS, 2016).

A atividade de monitorar parte do pressuposto de que no processo de implementação dos programas surgem problemas, obstáculos e ocorrências que não foram previstas no momento do planejamento. Ele é uma ferramenta que auxilia o gestor a identificar e lidar com essas situações (MDS, 2016). A realização da atividade de monitoramento pode:

Fortalecer as relações de prestação de contas para dentro e para fora do governo; incrementar a transparência na gestão pública; levar à tomada de decisão mais eficiente; fomentar o intercâmbio de ideias e experiências sobre os programas e projetos públicos; conduzir à implementação de inovações e à geração de conhecimentos na administração pública (GUBERMANN; KNOPP, 2011 citado por MDS, 2016, p. 13).

A diferença entre o monitoramento e a avaliação de políticas públicas é que a avaliação tem a capacidade de refletir uma relação de causa e efeito e a possibilidade de inferir um julgamento de valor a uma intervenção ou programa. Já o monitoramento verifica a realização regular e sistemática das atividades, seus produtos e resultados, comparando-os com parâmetros pré-estabelecidos (MDS, 2016). O monitoramento utiliza-se de uma quantidade de observações maior do que a avaliação, pois é um processo contínuo. Já a avaliação é executada esporadicamente (MDS, 2016). Outra característica que diferencia o monitoramento da avaliação está relacionada aos resultados de cada uma dessas atividades. O monitoramento está voltado para a produção de informações, coleta de dados e observação das ações para verificar se as pessoas e as organizações estão desempenhando suas atividades conforme foi determinado no programa (MDS, 2016). No caso da avaliação, todos esses dados e informações servirão de base para que se possam determinar os impactos do programa, pois sua principal preocupação é a determinação da capacidade do programa para gerar as mudanças planejadas (BARBOSA, 2001 citado por MDS, 2016). Assim, no monitoramento, o gestor está acompanhando o desenvolvimento

das atividades. O objetivo é produzir e analisar informações sobre os processos para melhorá-los. Na avaliação, por sua vez, o gestor está preocupado com os impactos decorrentes dos programas nos grupos que são seu foco (MDS, 2016). Enquanto o monitoramento oferece informações sobre o funcionamento dos programas, a avaliação informa se as mudanças esperadas na sociedade estão sendo alcançadas; se as situações indesejadas estão sendo superadas (MDS, 2016).

Os principais instrumentos de monitoramento de políticas públicas são os indicadores, sendo assim o trabalho do OPP/UFLA tem como foco a construção de indicadores de monitoramento e avaliação. De acordo com Jannuzzi, avaliação é definida como um esforço analítico de se produzir informações e conhecimento para o desenho, a implementação e a validação de programas e projetos sociais (JANNUZZI, 2016, p. 46). Para tanto, utiliza-se de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, tais como compilações bibliográficas, meta-avaliações e análise documental; oficinas e reuniões com especialistas, técnicos de programas e beneficiários; grupos focais; entrevistas individuais em profundidade; observação estruturada; etnografia; análise estruturada de textos; pesquisas por amostragens intencionais de abordagens qualitativas; uma das principais finalidades das pesquisas de avaliação é aprimorar a gestão das intervenções para uma maior eficácia no alcance dos objetivos dos programas sociais.

3 METODOLOGIA

O estudo apresenta um desenho metodológico qualitativo, analítico e descritivo, com consultas aos relatórios produzidos no interior do núcleo, advindos das atividades realizadas, das avaliações de seus membros e dos participantes das ações desenvolvidas pelo mesmo.

A pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

Assim, a descrição e análise das atividades desenvolvidas baseou-se desde a fundação em 2016 até o ano de 2019, uma vez que foram atividades presenciais. Apesar que mesmo em período de pandemia as ações do OPP não cessaram, mas foram revistas e para segurança dos seus integrantes passaram a ser intermediadas por videoconferências e uso das redes como WhatsApp para andamento de novos projetos que serão abordados em outro momento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Histórico do OPP/UFLA e sua Organização

O Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras (OPP/UFLA) iniciou suas atividades em outubro de 2016, e é uma experiência pioneira na região de Lavras/MG, que busca articular atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva transdisciplinar e intersetorial no Campo de Públicas. Com o apoio e inserção de diversos professores do Bacharelado em Administração Pública da UFLA, que contribuem com a formação de alunos graduandos e pós-graduandos, com a elaboração de projetos de pesquisa e extensão em suas diversas áreas de concentração, com a realização de projetos de consultoria em órgãos públicos e privados, bem como com a elaboração e implementação de novas metodologias e abordagens para processos de

monitoramento de políticas públicas, que articulem as diversas áreas de especialização e conhecimento do Campo de Públicas.

Sua organização é regulamentada por um regimento interno que versa sobre as regras de funcionamento da entidade de extensão, sobre a permanência e substituição dos membros, sobre o procedimento de escolha de sua diretoria e demais atribuições administrativas.

A constituição de seu corpo de membros é sustentada pela abertura de processo seletivo extensivo a comunidade acadêmica e ao público externo a mesma, bem como via convite por parte da coordenação geral. Desde sua constituição até a data atual 89 (oitenta e nove) colaboradores contribuíram com o desenvolvimento do Observatório. Atualmente, ele conta com 35 (trinta e cinco colaboradores).

As reuniões de planejamento, de articulação das equipes de projetos e processos administrativos inerentes a todo núcleo, ocorrem quinzenalmente, sendo conduzidas pela coordenação geral e/ou pelos membros do conselho diretor. Já as reuniões dos grupos de trabalho, ocorrem semanalmente, visto que são nestas reuniões que os projetos são estruturados e implementados. Essas reuniões, tal como os grupos de trabalho, são dirigidas por um membro gerente, que tem como função mobilizar a equipe técnica do projeto para o desenvolvimento de suas atividades e intermediar um *feedback* a coordenação geral e ao conselho diretor.

O Observatório tem por objetivos: promover a melhoria no nível de comunicação, informação e discussão sobre a democracia, cidadania, controle social e políticas públicas; promover um maior e melhor compartilhamento de informações e ampliar a interação entre atores da sociedade civil, cidadãos, agentes públicos, estudantes secundaristas e comunidade acadêmica; promover a melhoria do exercício do controle social e da cidadania em todos os níveis da administração pública; contribuir para a construção de possibilidades de reflexão sobre papéis, comportamentos e práticas no que tange à democracia e cidadania no país; promover a mudança nos discursos, o questionamento de valores e novos comportamentos; promover melhoria na gestão pública, por meio da gestão da informação, de diagnósticos e de uma maior participação social; e aprimorar a oferta de políticas públicas a partir da avaliação de seus impactos e de sua implementação.

4.2 Projetos Desenvolvidos

4.2.1 Jogo da PEC 55 - Roda Social

No ano de 2016, no auge da discussão da então, PEC 55, que propunha limitar e tem limitado desde então, os 'gastos' públicos com os principais instrumentos de justiça social o Observatório elaborou o Jogo da PEC 55. Este tinha como objetivo demonstrar os impactos que a redução dos investimentos públicos causariam nas principais políticas públicas, a saber: políticas de educação, saúde, assistência social e previdência social. A metodologia do jogo de tabuleiro elucidava situações reais e práticas de acesso as políticas em questão que levavam seus participantes, adultos e crianças, a reflexão e compreensão dos impactos sobre o acesso as políticas públicas. O jogo foi reproduzido nos espaços de mobilização e articulação acadêmica durante o período grevista em 2016 bem como nos espaços externos a academia, como praças e demais espaços sociais.

Após apreciação o jogo passou por ajustes e modificações e hoje é reproduzido em capacitações, imersões e escolas da rede pública e privada do município de Lavras, sendo denominado como Roda Social, por meio da qual permite os jogadores conheçam melhor o funcionamento da máquina pública e seus serviços. O tabuleiro, é dividido em quatro

áreas como a proposta inicial: educação, saúde, assistência social e previdência social, sendo 8 (oito) casas em cada área, havendo doze questões por área e duas casas bônus, onde os jogadores poderão avançar sem necessidade de responderem à pergunta. Essa metodologia promove a sensibilização e a compreensão dos conteúdos sobre as Políticas Públicas a partir de uma dinâmica relacional do processo de conquista de direitos contribuindo para saberem suas funcionalidades quanto ao atendimento da população.

Nessa perspectiva, o uso do jogo ao abordar sobre as políticas públicas, reconhece o cidadão como sujeito de direitos e deveres, uma vez que só a existência do regime democrático não é suficiente, pois faz-se necessário que os direitos sejam afirmados pelo ângulo das relações sociais, “pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (SILVA, 1994, 91-92). Sob essa ótica a educação política é determinante se praticada e experimentada. Ademais, os jogos e dinâmicas participativas são elementos fundamentais na sensibilização e a compreensão dos conteúdos e podem transformar a forma de olhar e entender toda essa dinâmica relacional no processo de conquista de direitos.

4.2.2 Capacitação direcionada aos Conselhos Municipais, Lideranças Comunitárias e Organizações da Sociedade Civil: a primeira iniciativa

Uma das primeiras iniciativas do OPP/UFLA foi o levantamento realizado sobre os conselhos gestores de políticas públicas no município, analisando sua atuação frente à fiscalização das políticas públicas e verificou-se a necessidade de que os conselhos fossem mais bem articulados. Com isso, o Observatório propôs a realização de capacitações direcionadas aos conselheiros municipais, as lideranças comunitárias e as organizações da sociedade civil do município.

As capacitações foram realizadas no primeiro semestre do exercício de 2018 em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, com o objetivo de fortalecer e ampliar a participação cidadã na definição, fiscalização e avaliação das políticas públicas, bem como articular as redes de controle social no município. As temáticas trabalhadas foram: Poder, Política, Democracia e os Três Poderes; Direito, Cidadania e Políticas Públicas; Controle Social, Garantia de Direitos; Espaços Participativos e Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Mecanismos Jurídicos; e Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Assim, durante o período de 24 de março a 9 de junho de 2018 o Observatório realizou 6 (seis) módulos de capacitações aos sábados, contando com a participação de 153 pessoas, dentre elas conselheiros municipais, representantes de associações comunitárias, organizações sociais e demais cidadãos.

A primeira capacitação “*Poder, Política, Democracia e os Três Poderes*”, fora abordado através de dinâmicas e metodologias interativas, tratando os conceitos de poder, política e democracia no contexto da política e das políticas públicas brasileiras diante da atuação dos três poderes. Como momento de integração foi realizado a dinâmica do “*Nó*”, com o objetivo que os participantes ficassem mais à vontade e se conhecessem. Para colocar a mão na massa o curso propôs uma dinâmica chamada “*Os retratos do Poder*”, que tinha como objetivo que os grupos expressassem através de uma reprodução corporal o significado de poder para eles. O jogo “*Cargos e Cargas*” da instituição *Fast Food da Política*, também foi trabalhado neste primeiro curso para a compreensão das responsabilidades de cada um dos Três Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e compreensão de como os diversos cargos se organizam dentro das esferas de governo -

Federal, Estadual e Municipal. Um total de 50 (cinquenta) participantes estiveram presentes na capacitação.

A segunda capacitação foi reservada para o tema “*Direito, Cidadania e Políticas Públicas*”. Para integração foi reproduzida “*Dinâmica da Ilha*”, que tinha como objetivo fazer com que os participantes ajudassem um ao outro a saírem de uma ilha deserta. O conteúdo da capacitação fora exposto através de charges e tirinhas, nas quais ilustravam os problemas sociais e as formas de intervenção social para sua superação. Os participantes foram convidados a aplicar os conceitos de “*participação*”, “*sociedade civil*” e “*cidadania*” na interpretação corporal. Fora abortado, também uma discussão sobre os objetivos do projeto político-democratizante e do projeto neoliberal, com centralidade sobre a criação dos direitos na história brasileira. Na prática os participantes conheceram as classificações dos direitos, sendo os direitos civis, políticos e sociais e através do jogo “*Eu decreto*”, decretaram direitos aos cidadãos brasileiros. Este módulo contou com a participação de 39 pessoas.

“*Controle Social e Garantia de Direitos*” foi o tema do terceiro encontro e, mais uma vez o Observatório trabalhou o tema *Políticas Públicas*, mais precisamente o Ciclo de Políticas Públicas, cujo entendimento é crucial para o exercício do Controle Social. Por meio da “*Dinâmica do Balão*” foi realizado um momento de integração, onde era perguntado aos participantes quais os sentidos humanos mais usados, se a visão, o olfato, o paladar, a audição ou tato? Em seguida foram orientados a escolherem um sentido para NÃO ser utilizado na atividade que seria proposta logo em seguida. Em face da escolha, foram distribuídos balões que deveria ser enchidos sem o auxílio do sentido a não ser utilizado. A proposta era que os participantes ajudassem uns aos outros a encherem os balões, uma vez que, uns estavam privados de usar a boca para enchê-los e outros de usar as mãos para segurá-los ou amarrá-los. Com o objetivo de fazer com que os participantes explorassem os sentidos e recorressem uns aos outros, a dinâmica deixou claro a impossibilidade de atuação individual e o quanto a ação coletiva é crucial para o alcance de objetivos comuns a todos. O jogo escolhido para este dia foi o jogo “*Roda Social*”, apresentando anteriormente. Através deste jogo todos puderam compreender sobre as políticas públicas e sua atuação no cotidiano. No fechamento, discutiu-se em que etapas das políticas públicas o controle social poderia ser exercido e de que forma poderiam exercê-lo.

O sábado do dia 12 de maio já estava marcado na agenda de muitos representantes de associações, de organizações, estudantes e cidadãos para aprender sobre os “*Espaços Participativos*”, tema do quarto encontro. Para socializarem entre si foi realizada a “*Dinâmica do Balão*”, com uma perspectiva. Foi entregue um balão a cada participante e orientados a encherem os balões e cuidarem dos mesmos. Um representante do Observatório que conhecia a proposta da dinâmica estourou o balão de um participante e no impulso os representantes começaram a estourar os balões de seus colegas. Na perspectiva, o último que conseguisse ficar com o balão sem estourar ganharia uma recompensa. Após todos os balões serem estourados o instrutor disse: “Eu não mandei que vocês estourassem o balão de ninguém, mandei que cada um cuidasse do seu”. Com isso, cada um pôde refletir sobre como somos individualistas. Nesse dia, foram discutidos os mecanismos jurídicos, as esferas políticas e os atores que compõem os espaços participativos em nossa sociedade. Por meio de dinâmicas e jogos apresentou-se as funções de cada espaço participativo e informações sobre o âmbito e os protagonistas desses espaços. Os participantes da capacitação puderam avaliar seus conhecimentos e trocar informações agregando experiências já vividas.

O jardim da Casa da Cultura recebeu no dia 26 de maio várias pessoas com uma dinâmica muito divertida. Sintonia, interação e objetivos foram sincronizados para o tema “*Mecanismos Jurídicos*”. Para a dinâmica de mecanismos jurídicos, foi aplicado um de “quebra gelo” chamado “1,2,3”. Nele os participantes, divididos em duplas, tinham de contar de 1 a 3 intercalando uns aos outros. A partir de tempo os números eram substituídos gradualmente por ações como pular, bater uma palma e dar um giro. Diante da dificuldade de sincronia, foi explorada a sintonia entre as duplas e a interação das ações para que o objetivo fosse alcançado. Terminado a dinâmica, foi perguntado aos participantes sobre as dificuldades e a maioria relatou a necessidade da interação, além da dificuldade de cada rodada um ser responsável por cada sequência. Sendo assim, deveriam ficar atentos visto que os papéis e responsabilidades variam em cada rodada. Feito a dinâmica, foi realizado um resgate sobre as discussões das capacitações anteriores para se discutir os mecanismos sobre controle social.

Posteriormente, os participantes foram divididos em quatro grupos para que eles jogassem o jogo do “*Controle Social*”. O jogo tem por objetivo conseguir um médico para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) por meio de reivindicações sociais. Para cumprir o objetivo, os jogadores devem usar mecanismos como espaços participativos, poder público, mídias, mobilização e pressão e aliados na sociedade civil. Para isso realizavam apostas sobre qual estratégia seria mais eficaz e assim tiravam cartas das respectivas decisões dos grupos. A cada aposta, era pontuada em um quadro a quantidade de fichas que apostavam nos instrumentos escolhidos pelo grupo. Caso a carta tivesse uma ação positiva à equipe avançava no jogo, caso contrário, se o mecanismo escolhido não tivesse impacto, permaneciam no mesmo local e caso o mecanismo escolhido tivesse um resultado negativo voltavam casas no tabuleiro. Em suma, os mecanismos mais utilizados pelos participantes foram os de mobilização. Ao final foram questionadas as escolhas gerais dos grupos e finalizou-se a capacitação com a reflexão da necessidade de se acreditar nas apostas e nos diversos instrumentos que temos para realizar controle social.

O último sábado foi reservado a um tema muito importante para a sociedade, para as políticas públicas e para as organizações da sociedade civil: “*O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil?*”. A proposta deste último curso contemplou a elucidação e delimitação do que são as Organizações da Sociedade Civil - OSCs, uma contextualização histórica dos convênios celebrados entre a administração pública e as OSCs na prestação de serviços públicos e um panorama da Lei nº 13.019/14, instituidora do MROSC, que tem como objetivo aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional das relações de parcerias das OSCs com o Estado, bem como a apresentação dos instrumentos jurídicos instituídos pela lei para celebração de parcerias

Toda discussão gerada levou o núcleo a um novo projeto e parceria com a gestão pública municipal. A proposta vindoura fora trabalhar a aplicabilidade do MROSC junto aos gestores de parcerias do município, servidores e as organizações. O trabalho seria efetivado pelo Observatório de Políticas Públicas, pela Procuradoria Municipal e discentes do curso de Direito da Universidade Federal de Lavras, tendo em vista que este último módulo trouxe ao núcleo a demanda de uma capacitação mais minuciosa a respeito da aplicabilidade da Lei nº 13.019/2014. E por essa razão, o núcleo ofertará aos gestores públicos municipais, representantes das OSC's, órgãos de controle interno e externo da administração pública e a sociedade civil organizada, um curso em três módulos a respeito do Marco Regulatório.

4.2.3 Projeto de Consultoria Técnica ao município de Lavras-MG

Por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em parceria com a Alfa Pública Consultoria Jr. em Gestão, organização sem fins lucrativos coordenada pelos discentes do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras, o Observatório realizou uma consultoria técnica ao município de Lavras, intitulada: “*Os desafios da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios: entre o pacto federativo e as articulações intersetoriais*”. A consultoria foi realizada entre 2017 e 2019 e teve como objetivo principal realizar um diagnóstico detalhado do Sistema Único de Assistência Social no município.

A consultoria teve como objetivos específicos, conhecer com detalhes as condições de funcionamento do SUAS; mapear programas, projetos, convênios e parcerias no âmbito do SUAS no município; mapear as demandas coletivas relativas ao acesso a serviços públicos no município e detectar falhas na cobertura das políticas sociais; acompanhar a implementação de programas federais de destaque como o Pronatec e o Bolsa Família no município; acompanhar a aplicação do IGD-Bolsa e do IGD-SUAS no município e os impactos produzidos pelo uso destes recursos na melhoria da gestão municipal; mapear as competências e a formação dos recursos humanos envolvidos com a implementação do SUAS na cidade; construir um índice de vulnerabilidade social no município a partir do modelo utilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, incluindo variáveis específicas concernentes às demandas da rede socioassistencial; produzir análises multivariadas através de regressões variáveis e multinomiais que permitam produzir diagnósticos e estabelecer causalidades acerca da vulnerabilidade; georreferenciar dados de vulnerabilidade e acesso a serviços públicos com a finalidade de prover uma melhor aproximação da oferta de serviços socioassistenciais a partir da demanda dos usuários e dos problemas sociais detectados; e auxiliar a Secretaria de Desenvolvimento Social no estabelecimento de prioridades para o planejamento mais eficaz da política de assistência social no município.

Para realização do diagnóstico mobilizou-se estratégias quantitativas e qualitativas de pesquisa, com coleta de dados primários e secundários sobre o funcionamento em geral do Sistema Único de Assistência Social no município de Lavras. Do ponto de vista qualitativo, foram captados dados secundários sobre a gestão do SUAS em repositórios institucionais de informações estatísticas, como o trecho do Atlas Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que contém informações sobre a política de assistência social nos municípios, bem como as informações coletadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI constantes no Censo SUAS e no próprio portal na internet da SAGI. Também foram fornecidos dados pela própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Outros bancos de dados que contemplem informações sobre o SUAS no município de Lavras foram buscados e incorporados ao banco de dados do projeto.

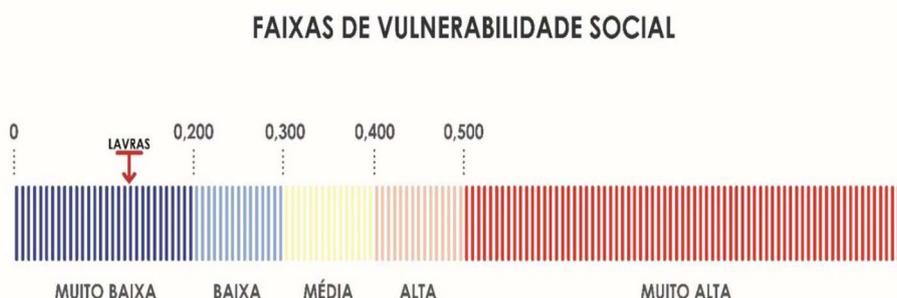
Os dados primários específicos sobre a gestão, formação dos gestores e a respeito de dificuldades e inovações referentes à articulação com os níveis federal e estadual para a gestão dos programas específicos, Pronatec e Bolsa Família, foram coletados em entrevistas semiestruturadas conduzidas pela coordenação da pesquisa com gestores de todos os equipamentos da rede socioassistencial, rede conveniada e da gestão municipal. Estas informações de caráter qualitativo foram codificadas e organizadas e passaram a fazer parte do banco de dados do projeto.

Os dados primários sobre acesso a serviços públicos, demandas sociais e de vulnerabilidade social foram coletados por meio de questionários estruturados. A amostragem de domicílios e pessoas fora elaborada a partir de amostragem estatística, considerando todas as regiões da cidade e as características demográficas do município.

A partir desses dados fora gerado um relatório descritivo e outro com análise multivariada avançada, elaborada a partir de regressões lineares e multinomiais. O banco de dados fora constituído utilizando o software Excel, os dados foram analisados a partir do software SPSS de análises estatísticas. Foram ainda georreferenciados a partir da utilização do software *TerraView* Política Social, fornecendo assim tanto um Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVS) quanto um mapa dessa vulnerabilidade (OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS: ENTRE O PACTO FEDERATIVO E AS ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS. CONSULTORIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG - PRODUTO 1 - PARTE 1).

A faixa de vulnerabilidade do índice desenvolvida pelo IPEA com indicação da vulnerabilidade do município de Lavras é demonstrada na figura 9. No IVS as faixas de vulnerabilidade variam de 0 a 1, em que zero representa não vulnerabilidade e 1 representa alta vulnerabilidade; o município de Lavras apresentou um resultado de 0,1450, localizado entre 0 e 1 na faixa é considerado vulnerabilidade muito baixa. Portanto a cidade se posiciona da seguinte forma na faixa:

Figura 1 - Faixa de Vulnerabilidade do IVS de Lavras MG



Fonte: Os desafios da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios: entre o pacto federativo e as articulações intersetoriais - Consultoria Técnica no Município de Lavras-MG (Produto 4).

A presença de equipamentos públicos nos bairros é fundamental para melhorar a condição de vida da população e reduzir aspectos negativos da vulnerabilidade social, pois ajuda a criar ativos capazes de facilitar a superação ou, pelo menos, redução de fatores agravantes da vulnerabilidade social.

No município de Lavras havia durante a coleta de dados, 14 (quatorze) equipamentos no âmbito da Assistência Social, sendo seis Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, uma Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e outros seis equipamentos ligados à assistência social, sendo duas organizações da sociedade civil de atendimento a Serviço de Proteção Social Especial para pessoas idosas, dois projetos, caracterizados como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, um Centro de Artes e Esportes Unificado - Paulo Alfredo Unes Pereira e um Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento - CEDET.

Na área de educação, por sua vez, a cidade contava com 39 (trinta e nove) equipamentos, sendo 17 (dezessete) Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEI, 13

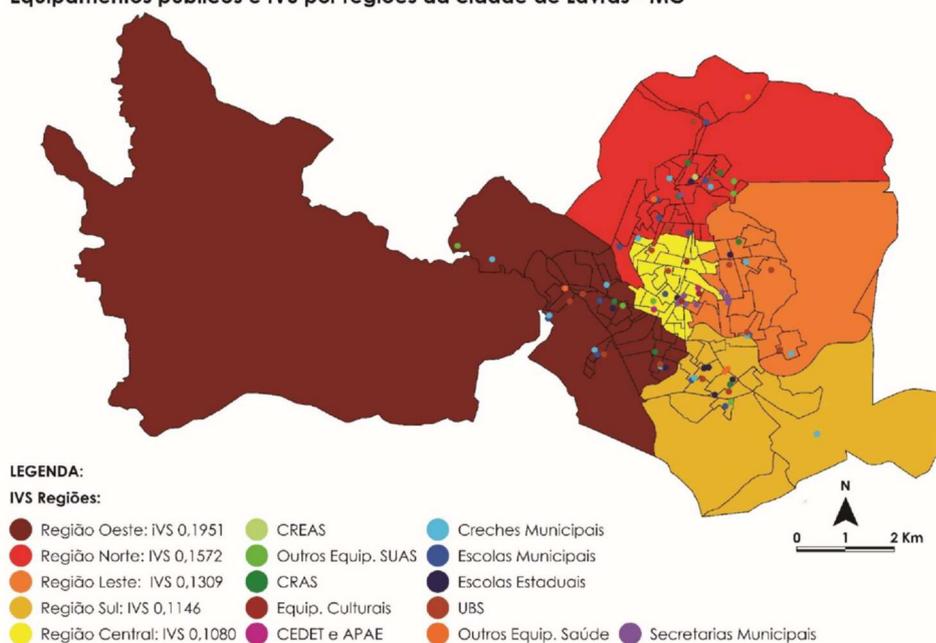
(treze) Escolas Municipais e 9 (nove) Escolas Estaduais. Contava também, na época da coleta de dados, com uma organização social, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Lavras, que presta serviços na política de educação e de assistência social.

Quanto aos equipamentos de Cultura e Esporte o município possui 3 (três). Um complexo esportivo público (SELT), uma biblioteca municipal e um espaço cultural, denominado Casa da Cultura. Quanto a equipamentos no âmbito da Saúde Lavras contava com 22 (vinte e dois) equipamentos, sendo 16 (dezesesseis) Unidades Básicas de Saúde - UBS e outros 6 (seis) equipamentos, 3 (três) ambulatórios, uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA e 2 (dois) Ambulatório Médico de Especialidades - AME.

A figura 2 demonstra os equipamentos públicos no município de Lavras e sua distribuição nas regiões. No mapa estão apontados também, as 10 (dez) Secretarias Municipais e a Prefeitura Municipal. Alguns pontos estão sobrepostos no mapa, e por esta razão não podem ser vistos.

Figura 2 - Equipamentos públicos e IVS por regiões da cidade de Lavras-MG

Equipamentos públicos e IVS por regiões da cidade de Lavras - MG



Fonte: Os desafios da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios: entre o pacto federativo e as articulações intersetoriais - Consultoria Técnica no Município de Lavras-MG (Produto 4).

Os equipamentos estão de forma geral distribuídos equilibradamente pelo município, com exceção do extremo oeste (com exceção do setor censitário rural, o maior da zona oeste, que tem um conjunto habitacional na extremidade direita) e extremo norte. O primeiro conta apenas com um equipamento ligado à assistência social e um CEMEI. Já o extremo norte conta com um ambulatório, uma escola municipal e uma UBS. Na extremidade da região sul também há poucos equipamentos, com destaque para um único CEMEI.

O que os mapas demonstraram é que a presença de equipamentos públicos está diretamente relacionada à condição de vulnerabilidade social da região ou de parte dela. Nos extremos da cidade estão os maiores problemas, já que há, neste caso, uma distância

significativa das áreas centrais, ou seja, está comprometido o acesso à cidade, se comparado aos demais bairros, o que acarreta dificuldades de acesso a postos de trabalho, integração dos moradores com o restante da cidade e sentimento de pertencimento.

A experiência vivenciada por meio da consultoria técnica permitiu aos discentes e a gestão municipal compreender a realidade socioassistencial do município, bem como outras políticas públicas e a partir desse diagnóstico elaborar o planejamento, a formulação e a implementação das políticas públicas no âmbito municipal. Sendo assim, para além de uma ferramenta técnica, a consultoria se apresentou como uma estratégia política de construção de informações e informantes que ultrapassem os limites institucionais.

4.2.4 Projeto de Assessoria à organização institucional da Cultura em Lavras-MG

Por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, o Observatório, através de seu projeto de Assessoria à Organização Institucional da Cultura em Lavras, que tem como objetivo auxiliar na operacionalização do Sistema Municipal de Cultura, bem como na organização de um planejamento estratégico para a Cultura, em consonância com as diretrizes e marcos regulatórios já estabelecidos para o campo, desenvolveu atividades que contribuíram com a estruturação do Conselho Municipal de Política Cultural. Além do mais, realizou capacitações aos conselheiros e gestores de política cultural, auxiliou na revisão do Plano Municipal de Cultura, na elaboração do planejamento estratégico para a Cultura e na operacionalização do Sistema Municipal de Cultura.

As ações junto à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura contemplaram inicialmente mobilizações de representantes culturais para estruturação do Conselho Municipal de Política Cultural e do fortalecimento da política cultural do município. Para isso realizou-se um levantamento cultural, que teve como objetivo diagnosticar os agentes culturais de Lavras, totalizando 586 (quinhentos e oitenta e seis) agentes culturais. Diante disto, foi organizada a 1ª Rodada de Fóruns Culturais de Lavras, onde foram abordadas as seguintes temáticas: 1º Encontro: Fórum Setorial de Artesanato, Fórum Setorial de Dança, Fórum Setorial de Artes Visuais, Audiovisual e Design e Fórum Setorial de Literatura, Biblioteca, Livro e Leitura; 2º Encontro: Fórum Setorial de Cultura Popular, Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira e Indígena, Fórum Setorial de Empresa Cultural e Produção Cultural e Fórum Setorial de Patrimônio Cultural Material e Imaterial; e o 3º Encontro: Fórum Setorial de Música, Fórum Setorial de Cultura Urbana, Fórum Setorial de Teatro e Circo e Fórum Setorial de Instituições Culturais não Governamentais.

As articulações ocorreram junto aos agentes culturais bem como a toda população do município, através de contatos telefônicos, encaminhamento de e-mails, pelas mídias sociais e por meio de panfletagens. A proposta era reunir o máximo de agentes culturais a fim de fortalecer a política cultural em Lavras.

A metodologia para o fórum fora estruturada pensando na interlocução entre os setores e também entre os integrantes do mesmo setor. Deste modo, primeiramente, foi explanado a respeito da política cultural, dos direitos culturais, do Conselho de Política Cultural, da importância de seus representantes e sua estruturação. Em seguida, os setores dialogavam sobre a produção artística e cultural do município, elencando os principais desafios e perspectivas. A partir desse diálogo, representantes para compor o Conselho de Política Cultural de Lavras eram indicados.

O 1º Encontro, dedicado ao Fórum Setorial de Artesanato, Fórum Setorial de Dança, Fórum Setorial de Artes Visuais, Audiovisual e Design e Fórum Setorial de Literatura, Biblioteca, Livro e Leitura, contou com a participação de 32 (trinta e duas) pessoas. Destes

estiveram presentes 12 (doze) representantes do artesanato, 6 (seis) representantes de artes visuais, 5 (cinco) do setor de dança, 3 (três) de literatura e 2 (dois) de música. Observando a identidade de gênero neste projeto, constatou-se que neste encontro a participação das mulheres totalizou 16 (dezesesseis) mulheres, nas quais representavam o setor de artesanato, de dança, de artes visuais e de literatura, respectivamente oito, quatro, duas e uma para os setores em questão.

O 2º Encontro, dedicado ao Fórum Setorial de Cultura Popular, Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira e Indígena, Fórum Setorial de Empresa Cultural e Produção Cultural e Fórum Setorial de Patrimônio Cultural Material e Imaterial, contou com a participação de 18 (dezoito) pessoas, sendo 9 (nove) representantes do setor de produção cultural, 4 (quatro) de cultura popular, e 1 (uma) respectivamente para os setores de cultura afro-brasileira, patrimônio cultural e produção cultural. Sobre o recorte da participação das mulheres neste encontro, evidenciou-se 5 (cinco) mulheres, sendo 3 (três) do setor de produção cultural e 1 (uma) do setor de cultura afro-brasileira.

O 3º Encontro, dedicado ao Fórum Setorial de Música, Fórum Setorial de Cultura Urbana, Fórum Setorial de Teatro e Circo e Fórum Setorial de Instituições Culturais não Governamentais, contou com a participação de 21 (vinte e uma) pessoas, onde 5 (cinco) eram integrantes do setor de música, 2 (duas) de cultura urbana, 1 (uma) do artesanato, 1 (uma) de literatura. Neste encontro não houve agentes representantes do setor de teatro e circo e instituições não culturais governamentais. Neste encontro houve a participação de 4 (quatro) mulheres, sendo 2 (duas) integrantes do setor de teatro, 1 (uma) de literatura e 1 (uma) do artesanato.

Como desdobramento deste projeto, através da identificação da baixa representatividade das mulheres na política cultural no município, em 2020 o projeto ganhará uma nova ramificação, para o desenvolvimento do projeto *“O perfil da mulher na Cultura no município de Lavras-MG”*. Ressalta-se que devido a problemas institucionais e legais, a eleição do Conselho não ocorreu, o que demonstrou fragilidade na organização por parte do poder público, e o acarretamento de uma desmobilização popular.

Destaca-se que no desenvolvimento do projeto foram realizadas entrevistas com os gestores culturais do município, objetivando diagnosticar os pontos fortes e as fragilidades Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura e assim contribuir com o desenvolvimento de suas ações frente à política cultural.

Após o diagnóstico, a equipe técnica do projeto concentrou seus esforços durante 4 (quatro) meses na elaboração e execução do Ciclo de Estudos em Políticas Culturais, momento formulado para estudo e formação teóricas a respeito da política cultura. Foram planejados 5 (cinco) encontros que abarcaram estudos acerca das questões culturais, tendo como base textos com discussões teóricas sobre o tema. A falta de participação no ciclo tanto dos agentes culturais, como dos gestores dos equipamentos culturais do município, fez com o Observatório refletisse sobre o formato do ciclo de estudos, bem como ao questionamento de até que ponto o Observatório pode contribuir enquanto núcleo de extensão sobre a implementação da política, percebendo assim, os limites e desafios em relação à atuação do setor público na política em questão.

Por meio deste projeto os discentes puderam ter aproximação com a política cultural do município e compreender as dificuldades de mobilização, seja por parte dos agentes culturais, dos representantes do Conselho de Política Cultural, bem como dos agentes políticos, influenciado em grande medida pelo cenário nacional de desmonte da política cultural. Embora, o art. 215 da Constituição Federal pontue que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4.2.5 Educação Políticas nas Escola

Durante o período eleitoral do ano de 2018, nasceu o Projeto de Educação Política nas Escolas, que tem como intuito trabalhar de forma lúdica e interativa, temas como política, políticas públicas e sistema político brasileiro com os estudantes do ensino médio das escolas públicas e privadas do município de Lavras, através de jogos desenvolvidos pelo próprio núcleo e também de outras fontes educacionais que trabalham de forma lúdica, o arcabouço político do estado brasileiro, como a organização Fast Food da Política. Por intermédio deste projeto, o núcleo em parcerias com instituições de ensino, ofertou no ano de 2018, palestras de conversa sobre o funcionamento do sistema político brasileiro e jogou com os estudantes do ensino médio, os jogos utilizados no projeto.

A proposta é expandir a atuação do projeto, atrelado a análise e monitoramento da política educacional brasileira, que hoje vem sendo estabelecida, uma vez que o projeto tem como objetivos principais: promover de melhoria no nível de comunicação, informação e discussão sobre a democracia, cidadania, controle social e políticas públicas; promover de maior e melhor compartilhamento de informações e ampliação da interação entre atores da sociedade civil, cidadãos, agentes públicos, estudantes secundaristas e comunidade acadêmica; promover melhoria do exercício do controle social e da cidadania em todos os níveis da administração pública; contribuir para a construção de possibilidades de reflexão sobre papéis, comportamentos e práticas no que tange à democracia e cidadania no país; promover a mudança nos discursos, no questionamento de valores e novos comportamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista técnico-científico, o núcleo de extensão tem potencial, em suas diferentes frentes, de organizar a produção científica da área de Administração Pública da universidade, tanto no âmbito do bacharelado em Administração Pública presencial, quanto do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, bem como por envolver outros estudantes de outras áreas, o que permite construir um conhecimento multidisciplinar.

Ao trabalhar de maneira integrada as disciplinas da grade curricular do bacharelado, trabalho de conclusão de curso, atividades de grupo de estudo, desenvolvimento de pesquisas e extensão universitária de maneira curricularizada, as ações do Observatório geram sinergia entre as atividades diversas de ensino, pesquisa e extensão. Tal sinergia proporciona simultaneamente o aperfeiçoamento técnico de discentes, bem como a ampliação da produção científica a partir da realização de pesquisas aplicadas e inserção de discentes tanto na prática de sua área de formação profissional, bem como nos círculos de divulgação científica.

Ao refletir sobre os aspectos relativos à difusão dos resultados da pesquisa o Observatório têm apresentado potencial de gerar maior engajamento e participação das comunidades locais no que diz respeito às questões públicas, possibilitando ampliar a democracia, o senso de cidadania e a percepção de direitos por parte da população, uma vez que em suas diversas frentes de trabalho seja ela na Política de Assistência Social, na Cultura, na Educação ou por meio de suas capacitações, chega a diferentes públicos e faixas etárias. Ademais, a construção de metodologias participativas por meio de jogos e dinâmicas possibilita que os discentes construam outras formas de compartilhar o aprendizado, conseqüentemente, independente do público, este poderá ter acesso ao que se aprende na universidade.

Diante das considerações, atuação do núcleo tem possibilitado aproximação dos alunos com as práticas, dilemas, desafios e inovações da gestão pública municipal, com os atores da sociedade civil que realizam o controle social e também com o próprio funcionamento das instituições políticas, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento de uma visão crítica por parte destes, além de prover conhecimento empírico e concreto sobre a gestão pública municipal e os impactos desta sobre a qualidade de vida dos cidadãos, sobre o exercício da cidadania e aprimoramento da democracia. Além disso, as frentes de trabalho do Observatório favorecem o contato direto com usuários das políticas, profissionais do setor e outros atores coletivos e poderão compreender o funcionamento complexo das relações sociais e políticas que se dão neste bojo, fundamental para a capacidade de relacionarem a teoria vista nas disciplinas da área com a prática e de formularem soluções efetivas para os problemas detectados, em exercício de suas funções profissionais futuras.

REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. T. S. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, no. 51. 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 5 Jan 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
FARIA, C. A. P. **Idéias, conhecimento e políticas públicas**: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, no. 51, fevereiro de 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lavras**. Brasil. 2018.

JANNUZZI, P. **Monitoramento e avaliação de programas: uma introdução aos conceitos técnicos**. Campinas, SP: Alinea, 2016.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - **caderno de estudos curso em conceitos e instrumentos para o monitoramento de programas**. Brasília, Brasil. 2016. 98 p.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática- São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA T. V. da. **Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova Noção de Cidadania** in: Evelina Dagnino. 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Departamento de Administração e Economia. Alfa Pública Consultoria Júnior em Gestão. Observatório de Políticas Públicas. Os desafios da implementação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios: entre o pacto federativo e as articulações intersetoriais. Consultoria Técnica no município de Lavras-MG. Lavras, 2018-2019. Disponível em:
<<http://187.60.128.132:8082/portalcidadao/#78c3e513dd43cb27d8a3e2f376196ffc656d7e>

a577b2c6fb23fafad49a166a6299298c437049fee265af44b30a16b6b324b34d011476eb1dc7993b0583d4ef4258b858153aaa17b85e5d984790984faca8e3c1d487a627c23dd46e381df4980b957ea2df35739addce51f7dfce7efb459d3a47ff12a9c605c535628566d608d4869a7888b3a859edc76911693f84a144a0634f7dfd25a1c1cc131ff9367879ae7d7b329081478a617b0d8b3232a5d324d2794c58adc3e27d15549f63f4a060758719eb62d08c2e197b43801fb5710b5e8f15494976c481bb28c3325f93c7ea1e1702837d4fe3e9cb848a395a108b347b≥.

Acesso em: 02 de abr 2020.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; Paes-Sousa, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do MDS. **PolicyPapers**, n. 17. ONU: Brasília, 2006.